



Nas ruas centrais de Vitória, a confusão no trânsito é fato comum no dia-a-dia



Os acidentes são constantes neste cruzamento próximo ao Palácio da Justiça, devido a ausência de sinalização adequada

## Perícias de trânsito feitas no Estado são falhas

Texto de Rossini Amaral  
Fotos de Joiceir Secreta

Nem a Companhia de Trânsito da Polícia Militar (Citran), nem a Polícia Rodoviária Federal, possuem em seus quadros peritos de trânsito, elementos tecnicamente qualificados para levantar as causas e efeitos de todos os tipos de acidentes de trânsito, com o máximo possível de precisão. Ao contrário, esse trabalho é feito, precariamente, por patrulheiros e por agentes policiais de trânsito, os quais não dispõem de nenhum treinamento especial para o exercício da função ou sequer de equipamentos técnicos elementares, como máquinas fotográficas para registrar a real situação em que se verificou o acidente, que pode resultar apenas em danos materiais mas também em mortes ou feridos.

Como não existem peritos de trânsito nas duas corporações, ambas não fazem perícia de qualquer tipo de acidente, embora, quando ocorre de um carro chocar-se ou abalroar um outro, seus motoristas, procuram o trabalho da perícia. Nestes casos, o que realmente é feito se resume no preenchimento de um boletim de ocorrência do acidente, onde o agente de autoridade,

de acidentes. Para cada chamada, existe um "perito" (sargento da PM), auxiliado por um motorista da viatura policial e dois soldados para controle do trânsito no local onde se verificou o acidente. Essa equipe foi considerada suficiente, partindo do pressuposto de que "há dias em que não acontece um único acidente, numa determinada região".

Entretanto, na sexta-feira passada, 23, apenas em Vila Velha foram registrados nada menos que 21 acidentes, todos para serem atendidos por um único Posto de Trânsito, que cobre também o município de Cariacica. Resultado: o capitão Paulo César admitiu que naquele dia vários chamados somente foram atendidos depois de várias horas de acontecido o acidente.

Quanto à possibilidade de aumento do pessoal encarregado do preenchimento dos boletins de ocorrência de acidentes de trânsito, a chamada perícia, o capitão Paulo César declarou: "É menos dispendioso para o estado o cidadão esperar algumas horas pela presença da perícia do que aumentar o efetivo em mais dois ou três homens em cada posto de atendimento".

Caso o efetivo de elementos encarregados das chamadas perícias de acidentes de trânsito fosse aumentado, na proporção necessária para atender satisfatoriamente

trânsito ao chegar ao local do acidente é registrar no boletim de ocorrência a descrição de como tudo aconteceu. Simultaneamente, os policiais encarregados do controle do tráfego no local entram em ação, para facilitar o fluxo de veículo — pode-se neste caso imaginar o que acontece quando a chamada perícia demora a chegar ao local para onde fora requisitada. O levantamento da situação compreende o registro das características dos veículos envolvidos, nomes de seus motoristas, remoção de mortos ou feridos do local e desenho indicando a posição em que se encontravam os veículos antes e depois do acidente, baseando-se em relato de testemunhas ou das próprias vítimas.

Nem sempre, conforme informou o capitão Paulo César, a perícia consegue levantar todos os dados de que precisa para preenchimento do boletim de ocorrência, os quais geralmente são concluídos várias horas depois de registrado o fato. Isso ocorre, por exemplo, quando há necessidade de remoção de feridos para hospitais, casos de morte ou falta de documentação por parte dos envolvidos no acidente.

Quando acontece da perícia ter que atender a vários chamados, geralmente o preenchimento dos boletins de ocorrência é

### Em três meses, 661 acidentes com 25 mortos e 240 feridos

Nos três primeiros meses deste ano, foi registrada na Grande Vitória — a capital, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana — uma média diária de 6,6 acidente por dia, somente nas áreas sob jurisdição do Detran e da Companhia de Trânsito da Polícia Militar. Morreram no mesmo período 25 pessoas e saíram feridas outras 240, em consequência dos acidentes.

Em que pese o preço cada vez mais alto da gasolina, entrou em circulação, de janeiro a março deste ano, na Grande Vitória, um total de 2.061 novos carros e em todo o Espírito Santo, de 4.596. Até março o estado contava com um total de 98.198 carros, entre novos e usados, e, considerando a média mensal de crescimento neste sentido, até o final do ano no Espírito Santo existirão 111.986; e, em 1985, nada menos que 185.522 carros.

#### ACIDENTES

De acordo com dados estatísticos fornecidos pelo Detran foram registrados na Grande Vitória, em 1978, 3.093 acidentes automobilísticos, que resultaram em 73 mortes e 995 feridos. No ano passado, na mesma região, foram computados 3.144 aciden-

tes, sendo 25 mortos e 240 feridos, em consequência dos acidentes. Lá, inclusive, já ocorreram vários acidentes, fazendo vítimas fatais".

Além da necessidade de sinalização, José Carlos Rizk apontou que, "efetivamente, o poder público pode ser culpado e o tem sido reiteradas vezes em ações envolvendo colisões de veículos por deficiências na manutenção das estradas, por falta de sinais orientando os motoristas sobre buracos existentes nas vias públicas, ou então saliências e pistas derapantes. Tudo isto é determinado pelo Código Nacional de Trânsito, sob pena do poder responsável assumir a culpa pelos danos causados a terceiros".

Recentemente, na Cidade Alta, próximo à Catedral Metropolitana de Vitória, cruzamento da rua de acesso à Dionizio Rozendo e a Pedro Palácios, dois veículos se chocaram. O acidente foi provocado por um veículo que trafegava na contra-mão, mas não havia sinalização, para o fato, o que impediu ao motorista de saber que o sentido de tráfego era proibido. Neste caso, no entender de José Carlos Rizk, o Detran poder ser o principal responsável pelo acidente, uma vez que não havia a necessária sinalização.

procuram o trabalho da perícia. Nestes casos, o que realmente é feito se resume no preenchimento de um boletim de ocorrência do acidente, onde o agente da autoridade, após ouvir as partes conflitantes e/ou algumas testemunhas, desenha num pedaço de papel a situação do acidente.

Para se ter uma idéia de como podem ser consideradas falhas tais ocorrências de acidentes de trânsito, tomou-se como base uma feita, há cerca de dois meses, pela Polícia Rodoviária Federal, envolvendo vários veículos e que resultou em prejuízos materiais — além de uma pessoa ferida, tendo sido removida para a Santa Casa de Misericórdia de Vitória — num total de aproximadamente Cr\$ 3 milhões.

O patrulheiro que registrou o acidente fez a seguinte narrativa a seu respeito: "Os V transitavam em fila; o 1º da fila (não identificado) indicou que ia dobrar à direita. O V-1 diminuiu a marcha, o mesmo fez o V-2, o V-4 não fez o mesmo, indo colidir com a traseira do V-2, que se desgovernou, cruzou a pista indo abalroar o V-3, que seguia em sentido contrário" — isso é tudo. Para melhor explicar tal narrativa, a ocorrência é acompanhada de um complexo croqui do local do acidente, mas que pouco acrescenta em termos de esclarecimento.

Ainda considerando o acidente mencionado, cujo desfecho será dado pela Justiça capixaba, em função do montante de prejuízos materiais, o boletim de ocorrência preenchido pelo patrulheiro não mencionou as condições da pista de tráfego; tampouco se havia ou não sinalização no local, além de outros quesitos necessários, como o estado de conservação da rodovia federal (onde ocorreu o acidente); não se processou o exame dos faróis dos veículos embora fosse noite e estivesse chovendo, bem como se o trânsito no instante do acidente era ou não intenso; não foram mencionadas as condições materiais de cada veículo após o abalroamento e a possível velocidade de cada um deles e o que poderia ser considerado mais importante: não foi feita fotografia dos carros acidentados nem do local.

— Perito com curso seria necessário e isto nós não temos", declarou o comandante da Citran, capitão Paulo César, acentuando que, por isso, "a Polícia Militar colabora com o Detran fazendo perícia de acidentes".

Os chamados peritos de acidentes de trânsito na Grande Vitória podem ser localizados em três postos de trânsito, denominados PI. O primeiro cobre a região entre o Aeroporto de Goiabeiras e Jucutuquara; o segundo, entre Jucutuquara e as duas pontes na extremidade Sul de Vitória; e o terceiro, Vila Velha e Cariacica.

Os motoristas envolvidos num acidente de trânsito, por menor que ele seja, e que dependam da presença da perícia, às vezes, têm que esperar por sua chegada até quatro horas, conforme reconheceu o capitão Paulo César. O motivo da demora, segundo explicou, deve-se na maioria das vezes, a vários chamados efetuados ao mesmo tempo, numa mesma região.

Em cada região, ou em cada Posto de Trânsito, existe uma viatura de plantão durante 24 horas para atender aos chamados

postos de atendimento. Caso o efetivo de elementos encarregados das chamadas perícias de acidentes de trânsito fosse aumentado, na proporção necessária para atender satisfatoriamente a um número de chamados igual ao que aconteceu em Vila Velha sexta-feira, o capitão Paulo César é de opinião que na maioria das vezes, "quando o índice de acidentes baixa quase a zero, todo o efetivo ficaria ocioso, ou melhor, não teria o que fazer".

De acordo com o comandante da Citran, o sargento que exerce as funções de perito de acidentes de trânsito na Grande Vitória não tem qualquer curso para a função "e não faz perícia de trânsito, mas apenas um levantamento superficial do acidente, sem entrar em medidas mais profundas. Ele é simplesmente um informante para que o juiz possa decidir nas causas de trânsito".

Sobre a necessidade de um grupo de peritos especializados para a função, o capitão Paulo César disse: "Como em toda grande capital existe, em Vitória teria que existir também e isso vem sendo providenciado pelo diretor do Detran, coronel Jorge Deves". A providência no entanto, se resume em mandar algum funcionário daquele órgão fazer curso de perícia fora do Espírito Santo.

Considerando a falta de qualificação técnica da "perícia" feita atualmente, o comandante da Companhia de Trânsito da Polícia Militar admitiu a possibilidade de falhas ou injustiças para qualquer das partes envolvidas em acidentes de trânsito. No entanto, assinalou que "a mesma coisa poderia ocorrer caso os policiais tivessem melhor qualificação".

A maior incidência de acidente de trânsito na Grande Vitória ocorre geralmente de sexta-feira a domingo, conforme revelou o capitão Paulo César. Nestes dias, o atendimento de cada chamado é demorado, pois assim exige o levantamento de cada caso pelos agentes da autoridade de trânsito.

A primeira providência da perícia de

Quando acontece da perícia, ter que atender a vários chamados, geralmente o preenchimento dos boletins de ocorrência é concluído no dia posterior ao acidente levantado. Isso porque os boletins têm de ser preenchidos a máquina e nos Postos de Trânsito não existe este tipo de equipamento, sendo que cada sargento, "perito" teve de comprar sua própria máquina para satisfazer às exigências legais, segundo contou o capitão Paulo César.

Outro fato interessante é que cada perito trabalha 24 horas ininterruptamente e somente ao final de cada jornada procede geralmente ao preenchimento dos boletins de ocorrência. Eles entram de plantão às 6 horas da manhã e só deixam o trabalho no mesmo horário do dia seguinte. "Vão para suas casas, descansam o suficiente para refazer as energias do dia anterior e aí sim começam a preparar as ocorrências, que são submetidas ao comando da Companhia de Trânsito da Polícia Militar".

Para não perder a situação em que se verificou cada um dos acidentes por eles levantados, os peritos da Citran traçam em papéis de rascunho os dados de que vão precisar no outro dia, para o correto preenchimento dos boletins de ocorrência. Mas até que ponto esse tipo de trabalho pode evitar injustiças? Como podem ter a precisão necessária para que a Justiça possa julgar a favor de um e contra outro motorista causas em questão?

Para responder a essas indagações, o comandante da Companhia de Trânsito da Polícia Militar, capitão Paulo César, expôs um boletim de ocorrência, e não poupou elogios a seus comandados encarregados do trabalho, embora ele reconheça que nenhum deles tem a qualificação técnica aconselhada e necessária e tampouco dispõe de equipamento elementares, como máquinas de escrever e fotográficas, estas de essencial importância em qualquer perícia de acidentes automobilísticos.



A ausência de sinalização nos cruzamentos é comum nas ruas de Bento Ferreira

De acordo com dados estatísticos fornecidos pelo Detran foram registrados na Grande Vitória, em 1978, 3.093 acidentes automobilísticos, que resultaram em 73 mortes e 995 feridos. No ano passado, na mesma região, foram computados 3.144 acidentes, com 106 mortes e 1.055 feridos, representando significativo aumento em relação ao ano anterior.

No período de janeiro a março deste ano, a estatística do Detran revelou que na Grande Vitória registraram-se 611 acidentes, com 25 mortes e 240 pessoas feridas, correspondendo a uma média diária de 6,6 acidentes, contra 8,7 no ano passado.

Não existe, no Detran, qualquer tipo de trabalho de análise sobre os motivos que levam ao aumento ou à diminuição nos índices de acidentes automobilísticos. Entretanto, segundo o advogado José Carlos Rizk, que atua em causas dessa natureza, o poder público estadual já foi acionado várias vezes por crime de responsabilidade em relação a acidentes que resultaram tanto em danos materiais a terceiros quanto em mortes e feridos.

Segundo o advogado Rizk, citando como exemplo o bairro Praia do Canto, onde não existe sinalização alguma nos cruzamentos das ruas — sequer para orientar aos motoristas qual a pista preferencial de tráfego —, em qualquer acidente que venha a ocorrer numa daquelas vias, o Detran "pode

torista de saber que o sentido de tráfego era proibido. Neste caso, no entender de José Carlos Rizk, o Detran poder ser o principal responsável pelo acidente, uma vez que não havia a necessária sinalização.

O advogado Rizk aconselhou os motoristas a comprarem câmaras fotográficas, quaisquer que sejam preços e marcas, e sempre que dirigirem seus carros levá-las nos porta-luvas. Em caso de qualquer acidente, e havendo possibilidade, devem fotografar a situação que deu origem ao fato. Esse procedimento deve ser acompanhado, sempre que possível, do relato de algumas testemunhas, para facilitar o ingresso de ações na Justiça, seja contra terceiros seja contra o poder público estadual ou federal.

#### AUTOMÓVEIS

Em 1970, existia na Grande Vitória um total de 12.411 carros, entre novos e usados, e somente na capital havia 7.872. Quatro anos depois, esse número se elevava para 30.075, nos cinco municípios, e somente em Vitória passaram a existir 16.805 veículos.

De 1978 a 1980 (de janeiro a março), o serviço de estatística do Detran forneceu os seguintes dados a respeito do crescimento de veículos em circulação no estado e na Grande Vitória:

#### DADOS DE 1978

##### Veículos Novos.. Veículos Usados

Espírito Santo ..	17.947 .....	79.217
Vitória .....	5.257 .....	14.984
Vila Velha ....	1.688 .....	8.327
Cariacica .....	800 .....	5.082
Serra .....	244 .....	772
Viana .....	96 .....	377

#### DADOS DE 1979

##### Veículos novos.. Veículos usados

Espírito Santo ..	16.281 .....	93.602
Vitória .....	4.352 .....	22.317
Vila Velha .....	1.561 .....	9.885
Serra .....	247 .....	1.095
Cariacica .....	623 .....	5.194
Viana .....	61 .....	545

#### DADOS DE 1980 (até março)

##### Veículos novos

Espírito Santo .....	4.596
Vitória .....	1.355
Vila Velha .....	434
Serra .....	70
Cariacica .....	199
Viana .....	13

Ao mesmo tempo em que cresce, cada vez mais, o número de veículos em circulação na Grande Vitória, a capital — para onde converge a maioria dos veículos — se ressentem de espaço necessário para abrigar o número existente hoje. As poucas vagas ainda disponíveis são disputadas de várias formas pelos motoristas e como consequência da falta de espaço surgiram em Vitória os chamados lavadores de carros, que desenvolvem seu trabalho diário quase que exclusivamente arranjando as difíceis vagas para motoristas.

Na luta pelo espaço, o poder público elabora estudos, faz planos, projetos, fala em descentralização da atividade, em relação à capital, constrói pontes, etc. Efetivamente, porém, nada ou quase nada mudou até agora, para que a cidade acompanhasse o ritmo de desenvolvimento da indústria automobilística. A situação continua praticamente a mesma dos anos passados, com a diferença apenas de que em alguns casos o sentido de tráfego numa determinada via pública foi modificado, noutra foi proibido e destinado ao uso exclusivo do pedestre.

Vitória — na opinião do comandante da Companhia de Trânsito da Polícia Militar, capitão Paulo César — "é uma cidade centralizada. No meu

entender, se se tirar do centro alguns bancos, o Palácio do Governo e Caixa Econômica Federal, vai se reduzir bastante o movimento de carros no centro, em que pese o número de veículos continuaraumentando assustadoramente".

Porém, o capitão Paulo César, questionado sobre a falta de espaço na capital capaz de abrigar a demanda de veículos que entra em circulação, declarou que "Vitória não tem solução, pois conta com apenas duas vias, por onde todos os carros têm que passar. Não sou contra o carro particular, pois se alguém tem condições de possuí-lo e mantê-lo deve ter o direito de circular com ele onde bem desejar. Por isso, a preferência tem que ser igual tanto para o automóvel quando para o ônibus, não se podendo usar dois pesos e duas medidas".

Em 1976, o agora secretário do Planejamento do governo do estado, Arlindo Villaschi, declarava que "as obras de construção da segunda ponte e o projeto da terceira por si só não solucionarão em definitivo o problema urbano de Vitória, no qual está incluído o sistema viário. Elas devem ser encaradas como partes de um elenco de medidas que têm que ser adotadas com vista ao crescimento harmônico do aglomerado urbano da Grande Vitória".